

N.º DO REGISTRO

89.7074-6



PODER JUDICIÁRIO

Volume

1

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO

RESCISÓRIA

002

Relator, o Senhor Ministro

Américo Luz

PROCESSO: 89.007074-6

AR

002 - PR

AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

ADV : ALCEU SOUZA COSTA E OUTRO

RÉUS : ALICE KARAM E OUTROS

DISTRIBUIÇÃO MANUAL EM 27/04/89

RELATOR : MIN. AMÉRICO LUZ - PRIMEIRA SEÇÃO

Na data e sob o número constante da etiqueta, a petição inicial e documento(s) que a acompanha(m) foram distribuídos, registrados e autuados.

SUBSECRETARIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

NPO

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 002 - PARANÁ - (REG. Nº 89.7074-6)

RELATOR : SR. MINISTRO AMÉRICO LUZ
AUTOR : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREV. SOCIAL - INAMPS
RÉU : ALICE KARAM E OUTROS
ADVOGADOS : DR. ALCEU SOUZA COSTA E OUTRO E DRa. IZABEL DILOHE
PISKE SILVÉRIO

E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO. QUINTOS. ATRASADOS PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE.

- Incidência de juros e correção monetária. Precedentes.
- Improcedência da ação.

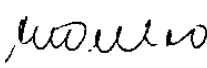
A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

DECIDE a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgar improcedente a ação, na forma do relatório e notas taquigráficas anexas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Custas como de lei.

Brasília-DF, 12 de junho de 1990. (d. do Julg.).

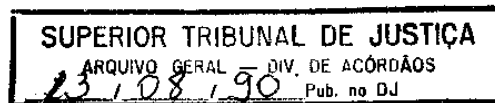


PRESIDENTE
MINISTRO CARLOS VELLOSO

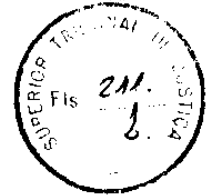


RELATOR
MINISTRO AMÉRICO LUZ

089000700
074610200
000000200



JOSE CARLOS
P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AÇÃO RESCISÓRIA Nº 002 - PARANÁ - (REGISTRO 89 70746)

RELATOR : MINISTRO AMÉRICO LUZ
AUTOR : I.N.A.M.P.S.
RÉUS : ALICE KARAM E OUTROS

RELATÓRIO

089000700
074620200
000000270

O SENHOR MINISTRO AMÉRICO LUZ:— Pretende o INAMPS rescindir acórdão da Eg. 2ª Turma do extinto Tribunal Federal de Recursos, que entendeu cabível a correção monetária sobre importância relativa aos "quintos", recebida administrativamente.

Apoiado em vasta jurisprudência e com fundamento no art. 485, inciso V do Código de Processo Civil, sustentou o autor a ocorrência de violação do art. 1º da Lei 6.899/81, porque o débito não resultou de decisão judicial.

Contestaram os réus às fls. 173/179.

Dizendo tratar-se de matéria de interpretação controvertida, pedem a improcedência da ação, aplicando-se as Súmulas 134/TFR e 343/STF.

As partes não protestaram por novas provas e repetiram, em razões finais, os argumentos já deduzidos.

Ouvida, a douta SUBPROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA manifestou-se pela improcedência da pretensão (fls. 207/209).

Relatei.

JOSE CARLOS 1a. Seção 12.06.90.
P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 002 - PARANÁ - (REGISTRO 89 70746)

V O T O

089000700
074630200
000000240

O SENHOR MINISTRO AMÉRICO LUZ (RELATOR):—

A questão sub examine - incidência da correção monetária sobre valores pagos administrativamente - foi amplamente analisada por ocasião do julgamento da Ação Rescisória nº 190-PR, da qual fui relator, na assentada de 24.10.89.

Do voto que então proferi, acolhido à unanimidade, destaco os pontos que interessam à espécie:

"Sustenta o recorrente ter ocorrido literal violação do art. 1º da Lei 6899/81, ao reconhecer o julgado o direito à atualização das parcelas pagas administrativamente, porque o débito não resultou de decisão judicial. Em defesa dessa tese arrola inúmeros julgados.

No entanto, verifico que, embora se trate de matéria controvertida, julgados mais recentes deram solução contrária à questão.

Assim ocorreu no julgamento dos Embargos Infringentes nas Apelações Cíveis nºs 110.033-PR e 116.132/PR, consoante noticiam as ementas verbis:



"ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. COBRANÇA. CRITÉRIO.

- O fato de a Administração ter reconhecido, em seu próprio âmbito, o direito do servidor e pago os atrasados não impede que se ajuíze ação autônoma para pleitear a parcela de correção monetária, segundo os critérios de cálculo recomendados.

- Embargos rejeitados." (DJ de 30.06.88).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ADICIONAL DA LEI 6732/79. CORREÇÃO MONETÁRIA.

- Reconhecimento administrativo do pedido. Carente do pagamento dos juros e da correção monetária, deve prosseguir a ação sem causa para a extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que procedente apenas em parte.

- Correção monetária. Seu termo a quo, nas causas posteriores à edição da Lei 6899/81, é a data do respectivo ajuizamento." (DJ de 07.04.88).

É que a natureza conceitual dos proventos dos funcionários públicos somente se definiu após o julgamento, pelo Plenário do Pretório Excelso, dos ERE nº 118.835-4-SP, cujo acórdão espelha a seguinte ementa:

"Correção monetária. Proventos de aposentadoria.

- Incide a correção monetária em período anterior ao da vigência da Lei 6899/81, se se configura dívida de valor, de natureza alimentar.

- Precedentes da Corte. Exame da orientação Jurisprudencial.

- Embargos no recurso extraordinário conhecidos e recebidos." (DJ de 12.06.87).

Uma vez firmada a compreensão de que os vencimentos e vantagens do funcionalismo têm natureza a-



alimentar e se constituem em dívida de valor, sobre eles incide a correção monetária, reconhecida pela jurisprudência antes mesmo do advento da Lei 6899 / 81, que, "...não veio impedir a fluência da correção monetária nos casos em que anteriormente já era admitida, mas sim estendê-la à hipótese a que essa correção não se aplicava." (RE 99.222-RJ, RTJ 106/860).

Nesse contexto, registra ADA PELEGRINI GRINOVER:

"...para as dívidas de valor, nos casos decorrentes de ato ilícito, segundo o Juiz Dinamarco, a correção continua a fazer-se a partir do dano como a jurisprudência já determinava - e não a partir do ajuizamento da ação - consoante disposição da Lei 6899/81.

- Realmente, se essa lei for enfocada como explicadora do mesmo princípio que vinha sendo declarado pela jurisprudência; se, conseqüentemente, esta e aquela se inserem na mesma linha evolutiva, iniciada com a elaboração pretoriana e completada pela disposição legislativa, será fácil participar da posição tomada por Dinamarco: a correção monetária da dívida de valor anterior à lei, pelo período compreendido entre a verificação do dano e 08 de abril de 1981, é feita de conformidade com a jurisprudência; a partir dessa data, reger-se-á pelo ditames da lei. Explicando melhor: tratando-se de uma dívida que já comportava correção monetária antes da lei, vai



haver uma continuidade na correção, sendo esta computada, por força do sistema anterior, pela jurisprudência e, a partir de abril de 1981, já por força da lei. As duas correções monetárias' somar-se-iam, assim, quer nos processos pendentes, quer nos ajuizados após a vigência da lei e relativos a ato ilícito anterior, sem quebra da continuidade." (A Correção Monetária no Direito Brasileiro, Saraiva, 1983, págs. 319/326).

E ainda, HUMBERTO TEODORO JUNIOR:

"A partir da distinção entre a dívida de dinheiro e dívida de valor, o STF abandonou a tese de que a correção monetária reclamava prévia autorização legal, entendimento que só tinha razão de ser nas dívidas tipicamente de dinheiro. Assim como se fazia com a responsabilidade civil no pensionamento da vítima e no ressarcimento da desapropriação indireta, em 1975, o Pleno do STF, em memorável decisão, assentou, por votação quase unânime, que era artificial a diferença entre o regime das indenizações de danos pessoais e danos materiais. Proclamou-se, então, que era imoral o enriquecimento do devedor que se valia da demora do processo para locupletar-se do prejuízo do credor gerado pela inflação. - Desse decisório surgiu a Súmula nº 562, que superou o entendimento anterior de que só a lei podia autorizar a correção monetária e que consagrou a tese do STF de que a correção tinha a




função de manter, perante a responsabilidade civil, o valor real da reparação, para permitir a restitutio in integrum e impedir o locupletamento indevido do agente do ato ilícito." (A Correção Monetária segundo a Lei nº 6899/81, RT nº 558, pág. 13/27).

Ensinam os doutrinadores que a correção monetária não é parcela acessória, mas a própria dívida, sem que se possa dissociar um quantum principal e um acessório. Não constitui ela um plus, mas, ao contrário, é um multiplicador destinado à manutenção do equilíbrio das prestações.

Razões de ordem prática também devem ser consideradas na apreciação do tema e, neste sentido vale a pena transcrever as asseverações do eminente Ministro COSTA LIMA, ao votar como relator dos Embargos Infringentes na Apelação Cível nº 116.132-PA:

"... a se negar a correção monetária, como mero fator de atualização da dívida de valor, e certamente nenhum servidor postularia qualquer benefício na esfera administrativa, já que, face a adstrição ao princípio da legalidade, impedida está a Administração de deferir tal parcela. Chegar-se-ia ao cúmulo, data venia, de o Judiciário substituir a Administração na apreciação de todos os seus temas que envolvessem uma contraprestação pecuniária, porque só assim, então, haveria um débito resultante de uma decisão judicial."



Ressaltou, na oportunidade, S.Ex^a:

"Rememore-se, por exemplo, os inúmeros processos vindicando benefícios previdenciários, quando o segurado pede a proteção do Judiciário somente após 3 ou 4 anos da data da negativa do seu direito em sede administrativa. Se vier a Juízo postular o todo, terá reconhecido seu direito, desde que procedente a ação.

- Se, contudo, receber o que por direito lhe pertence, após a longa trilha administrativa, indicada pela própria lei, não poderá obter a correção monetária, posto que inexistirá débito resultante de decisão judicial. E a Autarquia, certamente, estará enriquecendo às custas de seus contribuintes, protegida pelo manto intangível' do Judiciário. A isso digo não, mesmo que tenha de ser voz solitária no deserto; não concebo seja sacrificada a verdadeira justiça, em face a interpretação literal de lei, que, sequer pertine objetivamente com o discutido, segundo fiz ver, dela extraíndo, tão-só, os critérios atinentes à realização dos cálculos da correção monetária." (in DJ de 07.04.88).

Sinale-se, ademais, que a satisfação desatualizada do débito, em virtude da defasagem causada pela desvalorização monetária, implica na consagração do enriquecimento ilícito do devedor e o empobrecimento forçado do credor."



Face ao exposto, julgo improcedente a presente ação rescisória, condenando o autor na verba honorária de 5% (cinco por cento) do valor dado à causa. O depósito reverterá em favor dos réus.

É o meu voto.

A handwritten signature, possibly of a judge, is written over the text "É o meu voto." The signature is stylized and appears to be a single name.

mlob.

Julg. em 12.06.90 - 1ª Seção.

2 10

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 002 - PARANÁ - (REGISTRO Nº 8970746)

V O T O

O EXMO. SR. MINISTRO GERALDO SOBRAL (REVISOR):

Senhor Presidente, julgo improcedente a presente ação, pois filio-me à corrente majoritária dos que entendem ser cabível a incidência da correção monetária sobre valores pagos administrativamente, independentemente de decisão judicial. É que, do contrário, acarretaria para o devedor enriquecimento ilícito e, para o credor, empobrecimento, haja vista a satisfação desatualizada da dívida.

É o meu voto.

G. Sobral

NPO

P.J. — SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2 11

EXTRATO DA MINUTA

089000700
074640200
000000210

AR Nº 002 - PR (89.7074-6). Rel. Min. Américo Luz. Autor: Instituto Nacional de Assistência Médica da Prev. Social-INAMPS. Réu: Alice Karam e outros. Advs: Dr. Alceu Souza Costa e outro e Dra. Izabel Diloe Piske Silvério.

DECISÃO: "A Seção, por unanimidade, julgou improcedente a ação." (1ª Seção - 12.06.90).

Os Srs. Ministros Geraldo Sobral, Ilmar Galvão, José de Jesus, Garcia Vieira, Vicente Cernicchiaro e Pedro Acioli votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Exmº Sr. Ministro CARLOS VELLOSO, em razão da ausência, justificada, do Sr. Ministro Armando Rolemborg.

Wascimento